

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

217 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14 a 18 de outubro de 2024

1. CONSELHO EUROPEU DE 17 E 18 DE OUTUBRO	1
2. CIMEIRA UE-CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO	3
3. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU	5
4. COMISSÃO DE PODER LOCAL E COESÃO TERRITORIAL EM BRUXELAS	7
5. ACORDO UE - MERCOSUL	8
6. ORGANIGRAMA DO PARLAMENTO EUROPEU - MUDANÇAS	9
7. PRÉMIO SAKHAROV - FINALISTAS	10
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Conselho de Ambiente	10
Negócios Estrangeiros	10
Energia	11
Assuntos Gerais	11
Reunião informal dos Ministros do Comércio	11
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	11
Parlamento Europeu	11
Comissão Europeia	11
Conselho da União Europeia	11

1. CONSELHO EUROPEU DE 17 E 18 DE OUTUBRO

Tal como demos nota na [Síntese anterior](#), teve lugar, a 17 e 18 de outubro em Bruxelas, uma **reunião do Conselho Europeu para debater a Ucrânia, o Médio Oriente, a competitividade, a migração e os negócios estrangeiros**. A carta de convite do Presidente do Conselho Europeu está disponível [aqui](#) e os demais detalhes formais sobre a reunião podem ser consultados [aqui](#). O *Político* disponibilizou o seu *live blog* [aqui](#).

Foram adotadas **Conclusões** do Conselho Europeu sobre a Ucrânia, o Médio Oriente, uma ordem internacional assente em regras, a competitividade, a migração, a República da Moldávia, a Geórgia, relações externas e outros pontos, [aqui](#).

Sobre a **Ucrânia**, o Conselho Europeu procedeu a uma troca de pontos de vista com o presidente V. Zelenskyi, tendo confirmado “o compromisso inabalável da União Europeia de continuar a prestar apoio político, financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático à Ucrânia e à sua população durante todo o tempo que for preciso e com a intensidade que for necessária.” Por outro lado, o Conselho Europeu “sublinha a importância de honrar o compromisso assumido na Cimeira do G7 na Apúlia de disponibilizar, juntamente com os parceiros do G7, cerca de 45 mil milhões de euros (50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos) até ao final do ano para apoiar as atuais e futuras necessidades militares, orçamentais e de reconstrução da Ucrânia.” Neste quadro, “o Conselho Europeu congratula-se com o acordo sobre a utilização das receitas extraordinárias provenientes dos ativos imobilizados da Rússia (...)”.

No que diz respeito ao **Médio Oriente**, “O Conselho Europeu está profundamente alarmado perante a dramática escalada militar (...) e com o risco que tal representa para toda a região”, e condena “com a maior veemência os ataques iranianos de 1 de outubro de 2024 contra Israel e as ações gravemente desestabilizadoras do Irão em todo o Médio Oriente por intermédio de grupos terroristas e armados – incluindo os butis, o Hezbolá e o Hamas (...)”, reiterando “o direito de Israel a defender-se”, acrescentando que “o direito internacional humanitário tem de ser respeitado por todas as partes e o perigoso ciclo de ataques e retaliações tem de terminar.”

Sobre competitividade, as Conclusões são bastante sintéticas, notando que “O Conselho Europeu exorta todas as instituições, Estados-Membros e partes interessadas da UE a prosseguirem os trabalhos, a título prioritário, nomeadamente a fim de dar resposta aos desafios identificados nos relatórios de Enrico Letta ([Much more than a market](#)) e de Mario Draghi ([The future of European competitiveness](#))” e que “Esta questão será abordada na reunião informal de Budapeste, em novembro (...)”.

Porém, como havíamos antecipado na Síntese anterior, o tema central do Conselho Europeu foi a migração, tendo os líderes realizado um debate aprofundado sobre a migração, centrado nos seguintes aspetos: ação externa, reforço do controlo das fronteiras externas da UE, aumento e aceleração dos regressos, luta contra a instrumentalização dos migrantes, o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes.

Neste contexto, tínhamos dado nota de que vários Estados-Membros (Alemanha, Áustria, Dinamarca, França, Itália, Eslovénia e Suécia) haviam reintroduzido controlos temporários nas fronteiras internas de Schengen (lista completa dos Estados-Membros [aqui](#)). Esta semana, o primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, [afirmou](#) que o seu governo iria [suspender os direitos de asilo](#) para as pessoas que atravessam a Bielorrússia, mimetizando uma medida tomada pela Finlândia na sua longa fronteira com a Rússia.

De igual modo, **dezassete Estados-Membros do espaço Schengen apresentaram um non-paper**, dinamizado pela Áustria e pelos Países Baixos¹, em que se apela a uma nova tentativa de rever a Diretiva “Regresso” da UE, o conjunto de regras em vigor para as deportações, advogando-se “mudança de paradigma”.

¹ A que se juntaram Chéquia, Alemanha, Dinamarca, Grécia, Finlândia, França, Croácia, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Suécia, Eslováquia, Noruega e Suíça.

Antes do Conselho, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen enviou uma [carta](#) aos Chefes de Estado e de Governo, sobre a gestão da migração, a cooperação internacional, as soluções europeias para a migração e a importância de medidas coordenadas a nível da UE. São identificados os seguintes pontos:

- **Desafios migratórios persistentes:** A migração continua a ser um dos problemas mais urgentes devido às crises globais interligadas. A UE enfrenta desafios recorrentes e novos relacionados à migração.
- **Pacto de Migração e Asilo:** a implementação deve ser acelerada. A UE precisa de ferramentas eficazes para garantir fronteiras externas seguras, procedimentos justos e eficientes, e proteção adequada aos necessitados. O equilíbrio entre solidariedade e responsabilidade permanece um pilar central.
- **Parcerias com países terceiros:** Fortalecer relações com países de origem e trânsito da migração, como Tunísia, Líbia, Egito, Marrocos e Argélia. As flutuações nas rotas migratórias, como o aumento de chegadas às costas espanholas, exigem atenção contínua e parcerias estratégicas.
- **Retornos:** Apenas 20% das pessoas que recebem ordens de expulsão da UE são efetivamente retornadas. Deverão ser apresentadas novas propostas legislativas que busquem harmonizar e acelerar os processos de retorno.
- **Política de vistos como alavanca:** vista como forma de incentivar a cooperação dos países terceiros em matéria de readmissão. Nota-se que países como o Iraque e Bangladesh têm demonstrado melhorias nessa cooperação.
- **Combate ao tráfico e contrabando de pessoas:** A UE pretende intensificar o combate ao contrabando e tráfico de pessoas através de uma abordagem que vise os lucros ilegais dessas atividades.
- **Segurança fronteiriça e guerra híbrida:** a Rússia e a Bielorrússia utilizam táticas de "guerra híbrida" para pressionar as fronteiras da UE através da instrumentalização da migração.
- **Migração ilegal e inovações:** estão a ser exploradas novas soluções operacionais para combater a migração ilegal, com respeito aos valores e obrigações internacionais da UE.
- **Crise no Médio Oriente e refugiados sírios:** a deslocação de mais de um milhão de pessoas requer um planeamento de contingência.
- **Refugiados ucranianos:** com cerca de 4,5 milhões de ucranianos sob proteção temporária na UE, será necessário refletir sobre soluções de longo prazo.
- **Schengen e gestão das fronteiras externas:** A área Schengen continua a ser um ativo importante, e medidas de controle de fronteiras internas devem ser temporárias e proporcionais.

A **Presidente do PE também se dirigiu ao Conselho**, numa intervenção que pode ser lida [aqui](#).

Antes da Cimeira do Conselho, a Itália, a Dinamarca e os Países Baixos organizaram uma reunião informal prévia para debater a migração com os dirigentes da Áustria, Chipre, Polónia, República Checa, Grécia, Hungria, Malta, Eslováquia e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. A reunião teve lugar na sala da delegação italiana no edifício Europa (Conselho). O governo italiano informou que a primeira-ministra Giorgia Meloni [apresentou o acordo](#) entre a Itália e a Albânia para gerir a migração.

O acordo *“centrou-se no conceito de país terceiro seguro, tendo em vista a aplicação das regras do novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, a colaboração ao longo das rotas migratórias com o ACNUR e a OIM em matéria de regressos voluntários assistidos, bem como em matéria de ‘centros de regresso’”*, afirmou o gabinete de Meloni, acrescentando que os dirigentes acordaram em reunir-se novamente antes da próxima reunião do Conselho Europeu.

Por seu lado, os **Países Baixos** estão a discutir um projeto de centro de regresso com o Uganda, para onde seriam enviados os requerentes de asilo africanos rejeitados. Questionado sobre o assunto à sua chegada, o Primeiro-Ministro Dick Schoof afirmou que se tratava de uma das *“soluções inovadoras que interessam fundamentalmente”* aos seus parceiros europeus. Reconhecendo que estas novas soluções levarão algum tempo a desenvolver, sublinhou também o interesse do seu país pelo modelo ítalo-albanês. *“Vamos ver como podemos avançar com isso”*.

Após mais de quatro horas de discussões, o Conselho Europeu adotou **Conclusões sobre esta matéria das migrações (pontos 34 a 41)**. De acordo com a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, o debate entre os líderes foi bastante consensual e *“construtivo”*, com *“maior convergência na dimensão externa”*, disse Michel.

Segundo von der Leyen, a discussão sobre a questão do regresso dos imigrantes ilegais centrou-se em **três elementos para “três situações diferentes”**. A primeira diz respeito às pessoas que necessitam de proteção internacional, mas que não têm necessariamente de a obter *“apenas na UE”*. Na quinta-feira, a Presidente reiterou o plano da Comissão de rever em 2025 o conceito de *“país terceiro chave”*, que vários países pedem para ser alterado de forma a flexibilizar o requisito de uma ligação pessoal entre o requerente de asilo e o país terceiro que o recebe. A segunda parte do debate centrou-se nos *“centros de regresso”* (*“return hubs”*), com muitas *“perguntas ainda sem resposta”*, nomeadamente sobre o tempo que as pessoas ficam retidas nestes centros de regresso e o que lhes acontece se nenhum outro país terceiro as acolher. Esta terminologia não consta das conclusões. Por último, a terceira parte centrou-se na forma como a UE poderia apoiar o trabalho da OIM e do ACNUR nos países terceiros para impedir a partida de pessoas para a UE e organizar o repatriamento de migrantes para os seus países de origem.

Charles Michel notou que, embora todos os países considerem *“absolutamente essencial combater a imigração ilegal”*, reiteraram que *“é igualmente importante, em paralelo, ter espaços claros para a migração legal”*.

No que diz respeito ao conceito de *“centros de regresso”*, a Espanha e a Bélgica manifestaram as suas reservas em relação a esta ideia, considerando que é pouco provável que dêem frutos e que equivalem a falsas soluções, tendo o Presidente francês Emmanuel Macron manifestado também o seu *“ceticismo”*: *“Sou a favor da realização de debates para tornar os regressos mais eficazes. Mas discussões com países terceiros que aceitariam pessoas que não queremos manter e cujos países de origem não as querem, sou mais cético”*.

O chanceler alemão Olaf Scholz, por seu lado, citou a experiência do seu país com o Afeganistão e falou de planos para fazer o mesmo com a Síria, centrando-se em particular nas pessoas que representam um maior risco de segurança na UE. Mas apelou também a que estes debates sejam conduzidos de forma inteligente.

Por seu lado, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, insistiu que *“a migração ordenada, responsável e bem gerida, ou seja, a migração legal, é a resposta ao desafio demográfico que a Europa e a Espanha enfrentam. A nossa competitividade atual e futura, o crescimento económico do nosso país e a sustentabilidade do nosso modelo social também dependem da imigração, e a nossa credibilidade aos olhos do resto do mundo também depende da forma como gerimos a política de migração”*.

2. CIMEIRA UE-CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO

Antes da reunião do Conselho Europeu, os dirigentes da UE e da região do Golfo reuniram-se na primeira cimeira UE-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em 16 de outubro de 2024, sob o tema: *“Parceria Estratégica para a Paz e a Prosperidade”*. Participaram nesta reunião os 27 Chefes de Estado e de Governo da UE e os dirigentes dos seis Estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Emirados Árabes Unidos, Reino do Barém, Reino da Arábia Saudita, Sultanato de Omã, Estado do Catar e Estado do Koweit.

A cimeira foi co-presidida pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e pelo Emir do Qatar, S.A. Sheikh Tamim bin Hamad Al Than, que detém atualmente a presidência rotativa do CCG, e visava ser uma oportunidade para revigorar as relações entre as duas regiões e colocá-las a um nível mais estratégico. Foi adotada uma [declaração conjunta](#) em que as partes se comprometem a levar a parceria estratégica UE-CCG “*para o nível seguinte*”. “*Estamos prontos a construir uma parceria estratégica adequada ao século^{XXI}*”, explicou o Alto Representante da UE, Josep Borrell, no final da cimeira. Na abertura da reunião, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou que “*o futuro das duas regiões está totalmente ligado*”, convidando os parceiros a atuar em conjunto para “*mudar o curso da história*”. Por seu lado, o outro copresidente da cimeira, o Emir do Qatar, Sheikh Tamim bin Hamad Al Thani, explicou que a relação se baseia no “*respeito pelo direito internacional, na não ingerência nos assuntos internos e na prosperidade partilhada*”.

Em matéria de segurança, os dois blocos decidiram reforçar a sua parceria para uma “*estabilidade e paz duradouras*”. “*A cimeira de hoje realiza-se num momento crítico. Os conflitos que nos rodeiam exigem respostas urgentes. Todos nós sabemos como é difícil ultrapassar a amargura da guerra. Mas é possível*”, declarou a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, na abertura da cimeira.

Na declaração, as duas partes pedem o cessar-fogo em Gaza e no Líbano, a libertação dos reféns e o acesso à ajuda humanitária. Apela também à contenção, ao desanuviamento e à prevenção do alastramento do conflito a toda a região. Ambas as regiões sublinharam igualmente a importância de um compromisso diplomático com o Irão neste contexto.

Relativamente à Ucrânia, a UE pretendia obter uma série de compromissos por parte dos Estados do Golfo. Tal não aconteceu. “*Há diferenças na forma como encaramos a guerra de agressão*”, admitiu Borrell. Por exemplo, os parceiros não condenam diretamente a agressão russa, apenas os ataques a civis e a infra-estruturas civis críticas. Ambos os lados limitam-se a referir a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, que “*deplora nos termos mais fortes a agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, em violação do artigo 2 (4) da Carta*” e “*exige que a Federação Russa retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas*”. Os dois blocos sublinham a necessidade de alcançar “*o mais rapidamente possível uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas*”.

No que diz respeito ao **comércio**, os dois blocos concordam que as relações comerciais e de investimento podem e devem ser aprofundadas, e pretendem relançar as negociações sobre o acordo de comércio livre UE-CCG. Estas negociações foram suspensas em 2009, e deverão agora incluir também um capítulo “*investimento*”, segundo a declaração comum adoptada pelos participantes na cimeira: “*O investimento direto entre as nossas regiões ultrapassou os 100 mil milhões de dólares até 2022, em vários sectores estratégicos. Estes números são impressionantes. A parceria estratégica tem potencial para ir ainda mais longe*”, afirmou o Secretário-Geral do CCG, Jassem Mohamed Albudaiwi.

A próxima cimeira terá lugar na Arábia Saudita em 2026. Os parceiros acordaram, assim, em prosseguir o seu diálogo numa base regular, realizando uma cimeira de dois em dois anos.

3. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU²

Tal como demos nota nas Sínteses anteriores, a Conferência dos Presidentes do PE (CoP, equivalente à Conferência de Líderes) aprovou o [calendário pormenorizado](#) das audições dos Comissários indigitados, que se realizarão de **4 a 12 de novembro**. O primeiro a ser ouvido será Maroš Šefčovič, que será responsável pelas relações com o Parlamento Europeu. No último dia, 12 de novembro, serão ouvidos todos os vice-presidentes executivos e o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança/Vice-Presidente. Antes das audições públicas de três horas, cada candidato deve responder a questionários escritos da(s) comissão(ões) que conduzirá(ão) as audições. Cada candidato deve demonstrar a sua aptidão para um cargo na Comissão em geral e a sua competência para a pasta específica que lhe foi atribuída.

AT A GLANCE
Infographic



OVERVIEW OF THE CONFIRMATION HEARINGS

MORNING 9.00-12.00	AFTERNOON 14.30-17.30	EVENING 18.30-21.30
Monday 4 November		
The hearings of the Commissioners-designate will take place in the József Antall building, in rooms 202 and 402, at the times indicated. Each hearing will last 3 hours. The table shows the committee(s) responsible for each hearing. Certain other committees have been invited to participate in each case.	Maroš ŠEFČOVIČ INTA (AFCD) Trade and Economic Security; Intergovernmental Relations and Transparency	Glenn MICALFÉ CULT Intergovernmental Fairness, Youth, Culture and Sport
	Christophe HANSEN AGRI Agriculture and Food	Apostolos TZITZIKOSTAS TRAN Sustainable Transport and Tourism
Tuesday 5 November		
Michael MCGRATH LIBE (IMCO) (JURI) Democracy, Justice, and the Rule of Law	Ekatérina ZAHARIEVA ITRE Start-ups, Research and Innovation	Dan JØRGENSEN ITRE (EMPL) Energy and Housing
	Dubravka ŠUICA AFET Mediterranean	Jessika ROSWALL ENVI Environment, Water Resilience and a Competitive Circular Economy
	Magnus BRUNNER LIBE Internal Affairs and Migration	
Wednesday 6 November		
Hadja LAHBIB DEVE (FEMJ) (LIBE) (ENVI) Preparedness and Crisis Management; Equality	Maria Luís ALBUQUERQUE ECON Financial Services and Investments Union	Costas KADIS PECH Fisheries and Oceans
	Jozef SÍKELA DEVE International Partnerships	Andrius KUBILIUS AFET (ITRE) Defence and Space
	Olívér VÁRHELYI ENVI (AGRI) Health and Animal Welfare	

EPRS | European Parliamentary Research Service
Authors: Györgyi Mócsai, Lucille Killmayer
Members' Research Service
PE 762.424 – October 2024

EPRS | European Parliamentary Research Service

Overview of the parliamentary hearings

MORNING 9.00-12.00	AFTERNOON 14.30-17.30	EVENING 18.30-21.30
Thursday 7 November		
Wopke HOEKSTRA ENVI (LIBE) (ECON) Climate, Net Zero and Clean Growth	Marta KOS AFET Enlargement	Piotr SERAFIN BUDG (CONT) Budget, Anti-Fraud and Public Administration
	Valdis DOMBROVSKIS ECON (JURI) Economy and Productivity; Implementation and Simplification	
Tuesday 12 November		
Raffaele FITTO REGI Executive Vice-President: Cohesion and Reforms	Kaja KALLAS AFET High Representative for Foreign Affairs and Security Policy/Vice-President	Roxana MINZATU EMPL (CULT) Executive Vice-President: People, Skills and Preparedness
	Stéphane SÉJOURNÉ ITRE (IMCO) (ENVI) (ECON) Executive Vice-President: Prosperity and Industrial Strategy	Teresa RIBERA RODRÍGUEZ ENVI (ECON) (ITRE) Executive Vice-President: Clean, Just and Competitive Transition
	Henna VIRKKUNEN ITRE (IMCO) Executive Vice-President: Tech Sovereignty, Security and Democracy	

COMMITTEES:

AFET Foreign Affairs	ENVI Environment, Public Health and Food Safety	CULT Culture and Education
DEVE Development	ITRE Industry, Research and Energy	JURI Legal Affairs
INTA International Trade	IMCO Internal Market and Consumer Protection	LIBE Civil Liberties, Justice and Home Affairs
BUDG Budgets	TRAN Transport and Tourism	AFCD Constitutional Affairs
CONT Budgetary Control	REGI Regional Development	FEMJ Women's Rights and Gender Equality
ECON Economic and Monetary Affairs	AGRI Agriculture and Rural Development	PETI Petitions
EMPL Employment and Social Affairs	PECH Fisheries	

This document is prepared for, and addressed to, the Members and staff of the European Parliament as background material to assist them in their parliamentary work. The content of the document is the sole responsibility of its author(s) and any opinions expressed herein should not be taken to represent an official position of the Parliament. Reproduction and translation for non-commercial purposes are authorised, provided the source is acknowledged and the European Parliament is given prior notice and sent a copy. © European Union, 2024.

eprs@ep.europa.eu (contact) www.ep.europa.eu (intranet) www.europa.europa.eu/thinktank (internet) gthinktank.eu (blog)

O *think tank* do PE disponibilizou [aqui](#) um conjunto de notas informativas com uma breve biografia de cada candidato, bem como uma panorâmica da pasta e das principais questões e desenvolvimentos recentes no domínio político em causa.

² Fonte: serviço de imprensa do PE.

- [Maroš Šefčovič, Comissário para o Comércio e a Segurança Económica e Comissário para as Relações Interinstitucionais e a Transparência](#)
- [Glenn Micallef, Comissário responsável pela Equidade Intergeracional, Cultura, Juventude e Desporto](#)
- [Christophe Hansen, Comissário responsável pela Agricultura e Alimentação](#)
- [Apostolos Tzitzikostas, Comissário para os Transportes Sustentáveis e o Turismo](#)
- [Michael McGrath, Comissário para a Democracia, a Justiça e o Estado de Direito](#)
- [Ekaterina Zaharieva, Comissária responsável pela Investigação e Inovação](#)
- [Dan Jørgensen, Comissário para a Energia e a Habitação](#)
- [Dubravka Šuica, Comissária para o Mediterrâneo](#)
- [Jessika Roswall, Comissária responsável pelo Ambiente, a Resiliência à Água e uma Economia Circular Competitiva](#)
- [Magnus Brunner, Comissário para os Assuntos Internos e a Migração](#)
- [Hadja Labbib, Comissária responsável pela Preparação e Gestão de Crises](#)
- [**Maria Luís Albuquerque, Comissária para os Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento**](#)
- [Costas Kadis, Comissário responsável pelas Pescas e Oceanos](#)
- [Jozef Sikela, Comissário responsável pelas Parcerias Internacionais](#)
- [Andrius Kubilius, Comissário para a Defesa e o Espaço](#)
- [Olivér Várhelyi, Comissário para a Saúde e o Bem-Estar dos Animais](#)
- [Wopke Hoekstra, Comissário responsável pelo Clima, Zero Líquido e Crescimento Limpo](#)
- [Marta Kos, Comissária responsável pelo Alargamento](#)
- [Piotr Serafin, Comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública](#)
- [Valdis Dombrovskis, Comissário para a Economia e Produtividade e Comissário para a Implementação e Simplificação](#)
- [Raffaele Fitto, Vice-Presidente Executivo para a Coesão e a Reforma](#)
- [Kaja Kallas, Alta Representante / Vice-Presidente HR/VP](#)
- [Roxana Minzatu, Vice-Presidente Executiva para as Pessoas, as Competências e a Preparação](#)
- [Stéphane Séjourné, Vice-Presidente Executivo para a Prosperidade e a Estratégia Industrial](#)
- [Teresa Ribera, Vice-Presidente Executiva para uma Transição Limpa, Justa e Competitiva](#)
- [Henna Virkkunen, Vice-Presidente Executiva para a Soberania Tecnológica, a Segurança e a Democracia](#)

Apresentamos, para complemento desta informação, outras notas informativas do *think-tank* do PE:

- [Audições de confirmação dos Comissários indigitados: Uma etapa decisiva no processo de investidura](#)
- [O novo Regimento do Parlamento Europeu: Reformas do Parlamento 2024](#)
- [Os poderes do Parlamento Europeu: Moção de censura](#)

- [Calendário para a nova liderança da UE](#)
- [A evolução dos poderes do Parlamento Europeu](#)

Uma especial atenção é dedicada ao *briefing* sobre [As prioridades políticas europeias para 2024-2029](#), que foram definidas na Agenda Estratégica do Conselho Europeu. Posteriormente, e com base nestas, a Comissão Europeia definiu as suas **prioridades nas diretrizes políticas da Presidente**, que constituem um primeiro passo para tornar operacionais as prioridades da UE definidas na Agenda Estratégica. Estas prioridades serão depois traduzidas em iniciativas concretas incluídas nos programas de trabalho anuais da Comissão, antes de serem apresentadas ao PE e ao Conselho da UE sob a forma de propostas legislativas (e não legislativas).

A presente nota informativa descreve as principais prioridades políticas da UE para os próximos anos e analisa as diferenças de pontos de vista entre o Conselho Europeu e a Comissão Europeia. Identificam-se **três prioridades principais: democracia, segurança e competitividade**. Ao compará-las com as prioridades políticas do ciclo institucional anterior, torna-se evidente que a **democracia e a defesa ganharam importância**, enquanto o **clima e a energia são menos salientes** do que anteriormente.

Por outro lado, esta análise mostra que as orientações políticas da Comissão prestam muito mais atenção às questões sociais do que a Agenda Estratégica. Por outro lado, os dois grupos de políticas externas” e “clima e energia” recebem mais atenção na Agenda Estratégica. No entanto, a **política externa**, em geral, está agora presente em todos os domínios políticos, interligando-se com as políticas internas.

4. COMISSÃO DE PODER LOCAL E COESÃO TERRITORIAL EM BRUXELAS

A **Comissão de Poder Local e Coesão Territorial (CPLCT) da Assembleia da República** realizou, nos passados dias 13 a 15 de outubro, uma **visita de trabalho a Bruxelas**, para encontros com diversos interlocutores ao nível da UE, com o objetivo de se inteirar dos principais desenvolvimentos relativos à política de coesão, à implementação do Plano de Recuperação e Resiliência e às reformas estruturais em curso.

A delegação foi chefiada pelo *Presidente da CPLCT, Bruno Nunes (Chega)*, e integrou os *Srs. Deputados Sónia Ramos e Carlos Silva Santiago (PSD), Nuno Fazenda e João Azevedo (PS), José Barreira Soare (Chega), e João Pinho de Almeida (CDS-PP)*.

Os encontros de trabalho iniciaram-se no dia 14 de outubro, 30 de setembro, na **Representação Permanente de Portugal junto das instituições da União Europeia (REPER)**, com os Conselheiros responsáveis pela política regional, Marco Dinis e Jorge Tadeu Morgado, a que se seguiu uma reunião com Maria Teresa Fabregas Fernandez, **Diretora na RECOVER** ([Task Force Recuperação e Resiliência](#)) da Comissão Europeia. Depois de almoço, a delegação encontrou-se com a **Diretora Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia (DG REGIO)**, Themis Christophidou, e terminou o dia com uma reunião de trabalho com a **Comissária Elisa Ferreira, responsável pela pasta da Coesão e Reformas**.

No segundo dia, os Deputados foram recebidos por **Petr Blížkovský, Secretário-geral do Comité das Regiões**, seguindo-se uma troca de impressões com a **Vice-Presidente da Comissão REGI (Desenvolvimento Regional) do PE, Lúbia KARVAŠOVÁ**. Em seguida, a delegação teve um almoço de trabalho com os **Chefes de Delegação dos Grupos Parlamentares portugueses no PE**, a que se associaram os Deputados portugueses que pertencem à Comissão REGI. Estiveram presentes os Senhores Deputados Carla Tavares (PS), Paulo Cunha e Paulo Nascimento Cabral (PSD), António Tãnger Correia (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Ana Miguel Pedro (CDS-PP) e João Oliveira (PCP).

O programa terminou com um encontro com a **Diretora-Geral do Apoio às Reformas Estruturais (DG REFORM), da Comissão Europeia, Judit Rozsa**.

Entre os vários temas debatidos ao longos destes dias, destaca-se a reflexão e o balanço de política de coesão ao nível da UE, seu impacto em Portugal e nas regiões, bem como as principais lições a tirar do atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-27, e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com especial ênfase na necessidade de o implementar até **junho de 2026**. Além disso, foi recolhida informação sobre o ponto de situação do PRR em Portugal, bem como debatido o futuro da política de coesão da UE no contexto do novo QFP e das prioridades do novo ciclo político e institucional.



5. ACORDO UE - MERCOSUL

Como demos nota na Síntese n.º [213](#), sucedem-se as rondas negociais entre a **União Europeia e os Estados do Mercosul** - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (e a Bolívia, mais recentemente) para concluir o acordo de associação e comercial entre as partes, assinado em 28 de junho de 2019 para um acordo comercial. Após um encontro em [setembro](#), as negociações entraram numa fase crítica em outubro, com a possibilidade de se chegar a um acordo final até ao final do ano. O Brasil tem a expectativa de finalizar as negociações na Cimeira do G20, a que presidirá, prevista para 18 de novembro.

Referimos, também, que **onze Estados-Membros³ (entre os quais Portugal) enviaram uma carta uma carta à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, instando-a a implementar o acordo, no contexto de uma ronda negocial entre as partes, realizada no Brasil**. Nessa missiva, pode ler-se que “*Dado o contexto de crescentes tensões geopolíticas, é ainda mais essencial desenvolver alianças internacionais sólidas*”, acrescentando que “*a nossa credibilidade está em causa*”. Alertam para a crescente perda de influência da Europa na América Latina - sem referir a China - e apontam para os seus “*valores partilhados*” e “*laços históricos*”. “*Sem a conclusão do acordo, outras potências ganhariam uma influência ainda mais forte nos*

³ Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Luxemburgo, Portugal, Espanha e Suécia.

mercados latino-americanos, tanto a nível económico como político. Nos últimos 10 anos, as empresas europeias perderam, em média, 15% das suas quotas de mercado na região.”

A França tem sinalizado a sua oposição ao acordo (incluindo através do seu novo Primeiro-Ministro, Michel Barnier, [aqui](#)), juntamente com a Áustria, enquanto a Irlanda e os Países Baixos têm reservas.

Esta semana, surgiram [relatos](#) de que a Comissão Europeia estaria a trabalhar num **novo fundo orçamental para compensar os agricultores por qualquer impacto negativo do acordo UE-Mercosul**, com a expectativa de que tal iniciativa ajude a ultrapassar a resistência de alguns países ao acordo. A ideia, que ainda está numa fase preliminar, tem um precedente: em 2021, a UE criou uma reserva de [ajustamento ao Brexit no valor de 5,4 mil milhões de euros](#) para proteger setores industriais, como as pescas, dos impactos potencialmente negativos da saída do Reino Unido da UE.

6. ORGANIGRAMA DO PARLAMENTO EUROPEU - MUDANÇAS

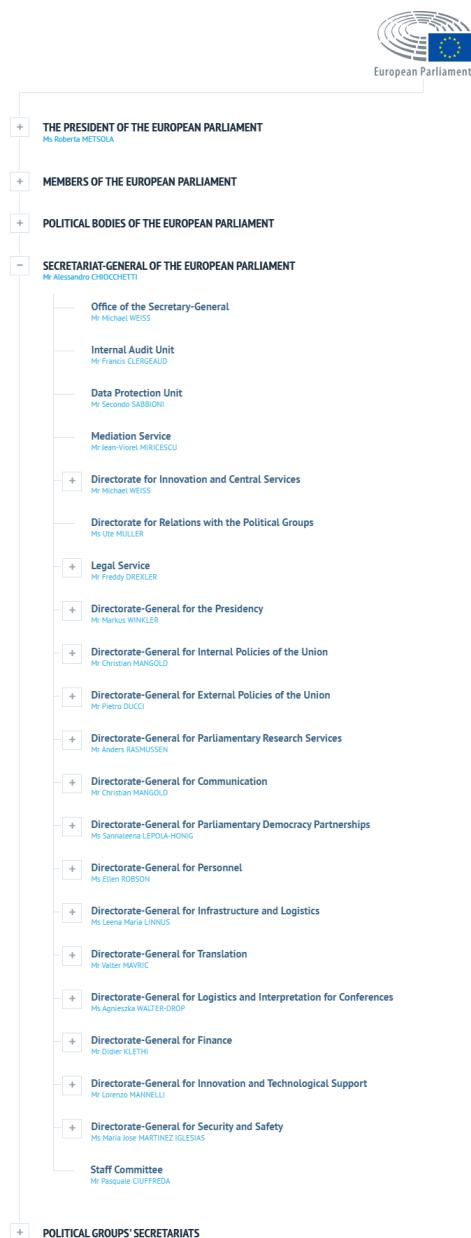
O *Bureau* do PE decidiu recentemente uma **reforma orgânica com o objetivo de reforçar a capacidade administrativa de apoio** às actividades legislativas, orçamentais e de controlo.

A principal mudança relaciona-se com a DG IPOL (Direção-Geral das Políticas Internas da União) que, atualmente, apoia as actividades legislativas, orçamentais e de controlo do Parlamento, nomeadamente através do secretariado das comissões. Também fornece conhecimentos especializados e aconselhamento aos deputados através de briefings, estudos e análises dos departamentos políticos. A IPOL abrange quase todas as políticas da UE, incluindo as funções orçamentais e de quitação da instituição. As atividades das Comissões são coordenadas pela Direção da Coordenação Legislativa e das Comissões (que também apoia a Conferência dos Presidentes das Comissões).

Assim, quatro novas direcções-gerais serão criadas a partir da DG IPOL e os seus quadros de pessoal serão gradualmente aumentados nos próximos anos através de reafectações, garantindo assim que a reestruturação seja prosseguida de forma neutra em termos orçamentais.

Operacionais a partir de janeiro de 2025, as novas DG (nomes a decidir posteriormente) abrangerão, respetivamente, os seguintes domínios

- **DG 1: Políticas económicas e científicas**
- **DG 2: Políticas estruturais e de coesão**
- **DG 3: Direitos dos cidadãos e assuntos constitucionais**
- **DG 4: Assuntos orçamentais**



As alterações aprovadas pelo Bureau visam, por conseguinte, **reforçar as estruturas administrativas relevantes do Parlamento**, aumentando simultaneamente a sua especialização através de áreas temáticas.

Cada uma das novas direcções-gerais **será apoiada por dois departamentos políticos**, encarregados de apoiar o seu trabalho com conhecimentos especializados, análises e aconselhamento especializado.

Além disso, a atual **Direção de Coordenação Legislativa e das Comissões** será transferida para o Secretário-Geral Adjunto responsável pela coordenação legislativa e das comissões.

Trata-se de uma medida considerada fundamental para assegurar uma **coordenação eficaz entre as cinco direcções-gerais temáticas**.

O PE passará, assim, a contar com **16 Direcções-Gerais**.

Um organograma do PE, disponibilizado pelo Sindicato da Função Pública Europeia, pode ser consultado [aqui](#) e reproduzimos aqui o que pode ser consultado na intranet do PE, com incidência apenas nos Serviços.

7. PRÉMIO SAKHAROV - FINALISTAS

Os membros das comissões dos Assuntos Externos e do Desenvolvimento do Parlamento Europeu escolheram os [três finalistas](#) do Prémio Sakharov 2024, numa votação secreta realizada esta semana:

- Dr. **Gubad Ibadoghlu**, académico e ativista anti-corrupção no Azerbaijão;

- **María Corina Machado**, líder das forças democráticas na Venezuela e o **Presidente eleito Edmundo González Urrutia**, em representação de todos os venezuelanos dentro e fora do país que lutam pela restauração da liberdade e da democracia;

- “**Women Wage Peace**” e “**Women of the Sun**”, Israel/Palestina.

As biografias dos candidatos e finalistas podem ser consultadas [nesta ligação](#).

A Conferência dos Presidentes (a Presidente do PE, Roberta Metsola, e os líderes dos grupos políticos) vai escolher o laureado do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2024 na quinta-feira, 24 de outubro. O vencedor será anunciado imediatamente a seguir, na sessão plenária de Estrasburgo. A cerimónia de entrega do prémio terá lugar durante a sessão plenária de dezembro, em Estrasburgo.

Recorde-se que o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é a mais alta distinção da UE em matéria de direitos humanos, e foi batizado com o nome do [físico e dissidente político soviético Andrei Sakharov](#). Para consultar a lista dos anteriores galardoados, [clique aqui](#).

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Ambiente

Realizado a [14 de outubro](#), serviu para aprovar conclusões sobre os preparativos para a 29.ª Conferência das Partes (COP29) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que se realizará em Baku (Azerbaijão, 11 a 22 de novembro de 2024). Os ministros concordaram que as alterações climáticas são uma ameaça existencial para a humanidade, os ecossistemas e a biodiversidade, e para a paz e a segurança.

Negócios Estrangeiros

A [15 de outubro](#), os ministros debateram a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, e s procederam a uma troca informal de pontos de vista – a primeiro do género desde o Brexit – com o secretário de Estado dos

Negócios Estrangeiros, da Comunidade das Nações e do Desenvolvimento do Reino Unido, David Lammy, para avaliar conjuntamente uma série de questões externas, de segurança e de defesa. O Conselho debateu a situação no Médio Oriente, centrando-se na evolução da situação no terreno e em toda a região. Os ministros abordaram a situação no Líbano, os ataques do Irão contra Israel, a situação humanitária em Gaza e a evolução da situação na Cisjordânia.

Energia

Na sequência das recomendações constantes do relatório de Mario Draghi, os [ministros debateram publicamente](#) o contributo do setor da energia para a competitividade da UE.

Assuntos Gerais

O [Conselho](#) prosseguiu os preparativos para a reunião do Conselho Europeu de 17-18 de outubro de 2024 com a análise do projeto de conclusões. A Comissão informou os ministros acerca da evolução das negociações sobre um vasto pacote de medidas como base para as relações futuras entre a UE e a Suíça.

Reunião informal dos Ministros do Comércio

Esta [reunião informal](#) serviu debates de alto nível sobre questões críticas, incluindo as relações comerciais da União Europeia com os países da ASEAN, bem como as relações comerciais UE-China. Seguiu-se um almoço de trabalho dedicado à futura orientação da política de proteção dos investimentos da UE.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, com destaque para: a votação do [empréstimo de 35 mil milhões de euros à Ucrânia com base em activos russos](#); o debate sobre migrações e as [regras para repatriar pessoas sem direito legal de permanência](#); o debate sobre a China e a sua postura [em relação a Taiwan](#); um debate sobre o Estado de direito em Malta, sete anos após o [assassinato de Daphne Caruana Galizia](#); bem como debates sobre a [Morte de prisioneiros na Rússia, segurança de jornalistas e petroleiros](#), e sobre o [terrorismo patrocinado pelo Irão](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [22 de outubro](#), com destaque para o **pacote sobre o alargamento** de 2024.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se o [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#), de 21-22 outubro.

Bruxelas | 18 de outubro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).